

O Problema Epistemológico Fundamental em Carl Menger

Ricardo Feijó

Professor Assistente Doutor da FEA-USP-Ribeirão Preto

RESUMO

A interpretação da obra de Carl Menger depara com uma dificuldade: ao mesmo tempo que o economista austríaco incorpora novos elementos na análise de fatos econômicos, tais como incerteza, conhecimento incompleto e assimetria de informação, Menger propõe a ausência de erros como um aspecto constitutivo da teoria econômica. É o que neste artigo denominamos de "o problema epistemológico fundamental". Trata-se de um problema epistemológico porque sua solução somente pode ser encontrada considerando-se a dimensão filosófica subjacente à teoria mengeriana. O artigo examina as bases filosóficas do pensamento de Menger e intenciona, desta forma, mostrar que contradições aparentes na obra do austríaco podem ser reconciliadas quando se leva em conta suas peculiaridades filosóficas.

PALAVRAS-CHAVE

epistemologia, realismo filosófico, instituições, necessidades humanas, introspeção, naturalismo

ABSTRACT

In spite of Menger be considered the precursor of economics of information due his emphasis in incorrect knowledge, his pure economic theory works with the absence of error. This apparent contradiction of ideas is treated here as "the fundamental epistemological problem". In this paper we offer a solution to its aftermath discussion considering his main influences, his epistemological background and the nature of his value and price theory.

KEY WORDS

epistemology, philosophical realism, institutions, human needs, introspection, naturalism

JEL classification

B13, B31

INTRODUÇÃO

A compreensão da epistemologia de Menger é condição básica para entendermos o significado de sua contribuição teórica. O problema que se coloca para o historiador de idéias é que a raiz filosófica de Menger está fincada em um terreno algo anacrônico, o que em nosso entendimento obscurece sua interpretação. Embora Menger tenha escrito um dos mais importantes tratados de filosofia econômica e social de todos os tempos, o *Untersuchungen* (MENGER, 1883),¹ ele não tratou nessa obra de discorrer diretamente sobre a sua própria visão, pois nela buscava prioritariamente refutar as bases filosóficas e metodológicas do historicismo alemão. Portanto, os especialistas concordam entre si que a melhor estratégia para a compreensão da epistemologia mengeriana seria procurar extrair o seu edifício diretamente da leitura do *Grundsätze*, o livro de teoria econômica de Menger (1871), mesmo que haja nele poucas discussões filosóficas diretas.² Algo aparece na introdução e nos capítulos 1 e 2 onde ele expõe conceitos econômicos, mas em geral o economista austríaco não fornece nele pistas claras.

Embora seja uma tarefa difícil, tão-somente pelo estudo epistemológico poderíamos entender certos aspectos elementares da teoria econômica mengeriana. Vamos enunciar um problema epistemológico que toca numa questão raramente resolvida mesmo entre os que já se dedicaram a ler seriamente a obra de Menger, ao que denominamos de “o problema epistemológico fundamental”: de um lado o austríaco é considerado como tendo inovado a análise econômica ao considerar em primeiro plano fatores como desequilíbrio de mercado, incerteza, riscos, informação incompleta, assimetria de informação entre os agentes, custos de aquisição de informações, custos de transação e outros aspectos que em geral não apareciam com a mesma ênfase em autores que o antecederam. Por outro lado, sabemos que Menger considera a teoria econômica pura como uma análise de fenômenos que seguem leis exatas, tais como o fenômeno da economização e o processo de formação de valores na estrutura de bens que participam da produção e do consumo. Ora, no primeiro caso Menger enfatiza as incertezas e os atritos que atuam na vida econômica,

1 Tradução inglesa: *Problems of Economics and Sociology*.

2 Para BIRNER (1990, p. 241-242), o *Untersuchungen* não deixa transparecer a substância da metodologia de Menger, não coloca a sua visão diretamente, não existem idéias positivas, só conclusões parciais que se pode inferir a partir de suas críticas. ALTER (1982, p. 151) conta-nos que Menger não publicou nenhum livro sobre metodologia positiva. Ele cita, no entanto, um tratado metodológico de Menger não completado, o *System der Volkswirtschaftslehre*.

enquanto no plano da teoria pura encontramos uma exposição de fenômenos que se sucedem em um esquema regular e estável. Uma dessas proposições constitui uma interpretação errônea da contribuição de Menger ou será que não poderíamos, de algum modo, conciliá-las?

Este artigo pretende explorar essa questão, fornecendo-lhe uma solução que julgamos adequada. Para tanto, é necessário retomar aspectos da vida de Menger, identificando-se as influências intelectuais que foram exercidas no austríaco. Após isto, iremos caracterizar a visão de Menger em epistemologia e método e suas implicações para a sua compreensão acerca dos fenômenos econômicos de valor e preços. Finalmente, estaremos em condições de propor uma solução para o problema epistemológico fundamental. O presente ensaio segue essa ordem de investigação e está estruturado em quatro seções.

INFLUÊNCIAS E FILIAÇÕES INTELECTUAIS EM MENGER

Menger nasceu em 1840 em uma região da Áustria que já não faz parte das fronteiras atuais do país.³ A sua vocação para a análise econômica foi despertada um tanto tardiamente quando ele já possuía quase trinta anos de existência. No entanto, as suas reflexões sobre problemas sociais vinham de longa data, graças principalmente às influências do pai, um advogado atuante, e à notável biblioteca doméstica da família, com muitos volumes tratando da temática social.⁴ De início ele optou em seguir a carreira do pai, tendo ingressado na Universidade de Viena em 1859 e obtido o seu doutorado oito anos depois em Cracóvia. Mas ele não militou profissionalmente como advogado, preferindo atuar como jornalista. O exercício desta função atraiu a atenção de Menger para as questões econômicas. Mesmo depois, no emprego público, ele permaneceu voltado para a observação de fatos econômicos escrevendo periodicamente relatórios sobre a situação dos mercados. É possível que o interesse de Menger por uma teoria dos preços tenha nascido nesta época, mas ele só se preocupou seriamente em construir a sua própria teoria a partir de 1867.⁵

3 A referência principal em que nos apoiamos para a descrição da vida de Menger é Hayek - em MENGER (1871, "Introdução").

4 Menger herdou do pai o hábito de colecionar livros, montou uma biblioteca privada com mais de 25 mil livros. Esse acervo encontra-se hoje na Universidade de Hitotsubashi, no Japão.

5 Cf. HAYEK (1968b, p. 124) e HAYEK (1973, p. 5). Hayek - *in* MENGER (1871, "Introdução", p. 6) - diz que Menger "ao estudar os relatórios de mercado, se deu conta do marcante contraste existente entre as teorias tradicionais sobre os preços e os fatos que pessoas de experiência prática consideravam decisivos para a determinação dos preços."

Menger demonstrou descontentamento com a análise econômica então vigente. Para ele, uma teoria dos preços verdadeiramente científica deveria dar conta da experiência cotidiana dos homens práticos. O ensino de economia na Áustria era um tanto deficiente. A maioria dos professores que ministravam essa matéria provinha da Alemanha e possuía uma formação mais de sociólogo do que de economista. Ainda ensinavam essa disciplina com base em livros associados ao cameralismo do século XVIII.⁶ O pouco que se discutia de ciência econômica na Áustria era quase uma reprodução do historicismo econômico alemão. Como sabemos, havia muito pouco de teoria pura nessa literatura. Os raros autores alemães que faziam teoria dividiam-se entre os que, como Hans von Mangoldt, apóiam-se na noção de utilidade e os que se deixavam levar pelas influências da Economia Clássica, teorizando sobre preços de modo a explicá-lo a partir dos custos de produção, caso de Karl Heirich Rau.

O cameralismo já havia incutido em Menger a importância do conceito de utilidade e a consideração das estruturas de necessidades humanas na explicação dos preços e ele, a partir de então, começou a se preocupar em rever essas noções no intuito de proporcionar uma explicação consistente do fenômeno econômico.⁷ Portanto, ele não teve que romper com nenhuma tradição anterior, muito embora Rau, com sua teoria de inspiração clássica, tenha alcançado certa popularidade a ponto de motivar Menger a elaborar a sua própria teoria como uma contraposição ao livro de Rau.⁸

- 6 Cf. HAYEK (1968a, p. 459). O termo cameralismo vem da palavra alemã *Kammer*, que designa o lugar onde se guardava o tesouro real. Depois ela passou a se aplicar a tudo o que dizia respeito à propriedade real. Virou a Economia do rei ou a arte que bem administra a renda real procurando mantê-la e, se possível, aumentá-la. De início, era uma combinação de idéias envolvendo aspectos políticos, jurídicos e técnicos, além do econômico. Com o tempo, seus autores foram se especializando em Economia Política e se afastando das preocupações jurídicas. O ensino de cunho cameralista dos direitos e deveres envolvidos na administração pública aparece nas universidades alemãs em 1500 e a partir de então desenvolve-se uma importante tradição do pensamento econômico. HAYEK (1973, p. 4) afirma que não se poderia esperar grande contribuição à teoria econômica vindo de Viena.
- 7 HAYEK (1973, p. 5) nos conta que até 1846, na Áustria, o ensino de economia nas universidades usava o livro do cameralismo do século XVIII, de Joseph von Sonnfelds, que foi então substituído pelo trabalho de J. Kudler, *Grundleben der Volkswirtschaft*, que continha alguma discussão da relação do valor com a utilidade e o significado dos diferentes graus de necessidades atendidos por várias mercadorias.
- 8 *Hayek* (1968b, p. 124) diz que Menger foi levado a desenvolver sua própria teoria a partir da crítica ao *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* de Rau. HAYEK (1973, p. 1-2) lembra-nos que esta data representa 23 anos após a publicação dos *Principles of Political Economy* de J.S.Mill e que havia nesse período muito material disponível, muitas contribuições isoladas em teoria de preços, produtividade marginal, análise de oferta e demanda e antecipações da análise da utilidade marginal que não foram incorporadas na síntese de Mill. Portanto, uma reconstrução do corpo da teoria econômica ocorreria mais cedo ou mais tarde mesmo sem a Revolução Marginalista. Menger estudou cuidadosamente o livro de Rau antes de escrever o *Grundsätze*. Contudo, escreve Hayek, a teoria de Rau e as outras que prevaleceram nesse período “*offered altogether different explanations of the determinations of prices of augmentable and non-augmentable goods; and in the case of the former they traced the prices of the products to their cost of production, that is to the prices of the factors used, which in turn were not adequately explained.*”

Menger publicou apenas uma única obra em teoria econômica, que ocupou os seus pensamentos de 1867 a 1871, data da publicação do *Grundsätze*. Ele tinha idealizado um projeto editorial mais ambicioso que comportaria além deste livro mais três volumes, vistos como continuação da obra, um versando sobre teoria monetária e salários, outro sobre economia aplicada à produção e comércio e, por fim, um volume voltado à crítica ao modelo econômico vigente e sugestões de reforma econômica. O projeto nunca foi realizado e apenas o primeiro livro foi escrito.⁹ O *Grundsätze* concentrou-se em elaborar os fundamentos dos conceitos e das noções econômicas, fornecendo uma descrição básica da ordem econômica. Os temas teóricos principais deste livro foram as suas discussões sobre valor e preço.

O livro foi cuidadosamente escrito. Mais do que análise econômica, ele se destaca também por uma perspectiva metodológica e epistemológica particular que lhe permitiu uma descrição muito própria e original dos processos econômicos.¹⁰ É muito difícil acompanhar as influências intelectuais que confluíram nesta obra. A interpretação dos seus pressupostos filosóficos será objeto desta seção, mas antes disso serão vistos os aspectos centrais da teoria econômica mengeriana.¹¹

No *Grundsätze*, Menger concebe a esfera econômica como uma totalidade orgânica e natural. A estrutura econômica é naturalmente construída como um efeito das escolhas individuais objetivando o atendimento de necessidades. O pressuposto ontológico da análise é o indivíduo com sua escala de necessidades e desejos que requerem permanentemente o seu atendimento.¹² A “causa” da satisfação de necessidades é o consumo de bens. Os bens não são desejados em

9 Cf. Hayek - in MENGER (1871, “Introdução”, p. 7) - e STIGLER (1937, p. 230. nota de rodapé 4). Uma segunda edição do *Grundsätze* foi lançada postumamente pelo filho de Menger, Karl, em 1923. Uma comparação entre essas duas edições é feita em WICKSELL (1921, p. 193-203).

10 Hayek - em MENGER (1871, p. 7) - conta que Menger “*escrevera o Grundsätze em um estado de excitação doentia*”, e não poupa elogios a esse trabalho: “*poucos são os livros que passaram por uma preparação mais cuidadosa do que esse, e raramente qualquer esboço de idéia foi planejado e seguido mais conscienciosamente em todas as suas ramificações e detalhes.*”

11 HAYEK (1968b, p. 124) acredita, um tanto exageradamente, que a moderna microeconomia tenha se originado nos trabalhos de Menger e de seus discípulos: “*There is little doubt that it was his immediate disciples who cast microeconomic theory into the form which, in its essentials, it still retain.*”

12 CUBEDDU (1993, p. 8) diz que “*Menger’s interests thus focused on the complex of laws of nature that forms the basis of the satisfaction of human needs and their evolution over time as the range of human needs expands. It follows that the starting point is not represented by a rationalist perspective, or a hedonistic approach as in Jevons, but rather by the naturalness of the needs.*”

si mesmos, mas porque somente eles permitem preencher necessidades. A aptidão ou capacidade do bem que lhe possibilita ser colocado em “nexo causal” com a satisfação de necessidades é a sua “utilidade”. Somente os bens econômicos possuem valor. O valor é a propriedade que eles adquirem dada a existência de escassez ante o conjunto de necessidades a serem atendidas. Um bem com oferta ilimitada para o atendimento de necessidades humanas e disponível a custo zero não é um bem econômico e, portanto, não possui valor embora tenha utilidade.

Para que um bem tenha valor econômico é preciso que exista uma hierarquia prévia de desejos não inteiramente satisfeitos, a disponibilidade de bens escassos que devem ser economizados no atendimento deles, priorizando-se os desejos mais importantes, e o conhecimento do agente de que determinado bem pode ser colocado em nexo causal com a satisfação de necessidades. Se todos esses elementos estiverem presentes, o processo econômico segue-se segundo um encadeamento causal submetido a leis econômicas exatas. Partindo de conceitos básicos como necessidades, bens econômicos e satisfação, Menger identifica as leis causais que explicam a relação que se estabelece entre eles ao longo do tempo. Há também leis que permitem determinar a emergência da ordem estrutural na sociedade a partir dos processos de economização levados a cabo pelos indivíduos.

Então temos no modelo de Menger a descrição de um núcleo de fenômenos econômicos subjacentes à sociedade e submetidos a leis de funcionamento que operam em qualquer sociedade, independentemente de fatores históricos e geográficos. Esses fenômenos configuram uma estrutura básica permanente, e é tarefa da teoria econômica pura estudar de modo “exato” os mecanismos que os descrevem e as leis que os comandam.

O processo econômico elementar depende do conhecimento humano individual, o agente deve saber quais são as suas necessidades e quais bens devem ser economizados no atendimento delas. É sempre possível o erro, o indivíduo pode desconhecer suas necessidades objetivas, pode não saber que certo bem possuía a propriedade objetiva de atender a uma dada necessidade etc. Mas onde quer que o conhecimento individual do agente esteja disponível na quantidade adequada, o processo econômico segue-se em obediência estrita às regularidades descritas na teoria exata. O problema de escassez de informação faz-se presente em situações concretas, e Menger nunca postulou a hipótese de informação perfeita, porém, em qualquer situação onde as circunstâncias permitam a economização de bens, os resultados do processo já estarão descritos na teoria. A hipótese de perfeito conhecimento não é necessária ao argumento de Menger porque a teoria exata não se refere a uma escolha particular, mas aos elementos

universais e permanentes que comandam qualquer escolha em qualquer contexto desde que haja economização.¹³

Os indivíduos podem não economizar, isto é, eles podem não eleger as necessidades mais importantes a serem atendidas em primeiro lugar pelo usufruto de bens escassos, no entanto neste caso estarão incorrendo em erro. O bem-estar individual não será maximizado desta forma. O erro explica-se por ausência de informação adequada e isto de fato ocorre em situações práticas. A teoria pura não se preocupa diretamente com este fato, embora ele deva ser cuidadosamente examinado por outros ramos da investigação econômica. Ela somente procura dar conta dos processos universais que comandam a economização identificando as relações causais exatas que ocorrem no tempo.

Vejamos em pormenores as leis principais presentes no fenômeno de economização apontadas no *Grundsätze*. A teoria pura lida com um quadro de conceitos que requerem uma definição cuidadosa, e de processos que devem ser descritos de modo preciso. O quadro posto diante do investigador não pode ser apreendido pela observação direta. Menger recorre ao uso do método *Verstehen* para interpretá-lo. Começando pelo conceito de valor, o austríaco não separa valor de uso de valor de troca como conceitos antagônicos. Não há nele nenhuma preocupação com o chamado “paradoxo do valor” discutido em Smith e Ricardo. A aptidão do bem em satisfazer as necessidades confere-lhe “utilidade”, mas o valor mesmo não é algo que surja de uma propriedade do bem, mas algo que aparece quando se estabelece uma relação entre o bem e a satisfação de necessidades de modo que o primeiro apareça como um meio para a consecução de um fim.¹⁴ É no contexto de relações entre meios e fins que emana o fenômeno do valor.¹⁵ O que confere valor a um bem é a importância do fim a ele associado.

13 CUBEDDU (1993, p. 7) escreve: *“Inasmuch as science strives to formulate typical relationships (exact laws) of phenomena, exact science does not concern itself with the way facts really happen: it examines, rather, how more complicated phenomena develop from the simplest, in part even unempirical elements of the real world in their (likewise unempirical) isolation from all other influences, with constant consideration of exact (likewise ideal!) measure.”*

14 MENGER (1871, p. 73) define o valor não como algo inerente aos bens, mas *“é simplesmente a importância que determinados bens concretos - ou quantidades concretas de bens - adquirem para nós, pelo fato de estarmos conscientes de que só podemos atender às nossas necessidades na medida em que dispusermos deles.”* Mais adiante (p. 77) ele escreve que o valor *“é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar”* e portanto *“só existe na consciência das pessoas em questão.”*

15 SMART (1891, p. 5) assevera que *“The word [valor] seems to arise fundamentally in the relation of Means to End, and will accordingly take various forms according to the “end” conceived of.”* Para HAYEK (1968a, p. 459), a teoria do valor deve sempre ser precedida por uma análise da relação entre meios e fins: *“What made it so effective [a teoria austríaca] was that the explanation of value it offered arose from an analysis of the conditions determining the distribution of scarce goods among competing uses and the way in which different goods competed or cooperated for the satisfaction of different needs - in short, what has been called above the “means-end structure.”*

O valor é subjetivo no sentido de que é o indivíduo que avalia essa importância, mas podemos pensar, como o faz a teoria pura de Menger, que o indivíduo tenha uma escala hierárquica objetiva de necessidades, determinada por fatores de natureza fisiológica, e nesse caso o valor também poderia ser visto como elemento objetivo.¹⁶ Portanto, é mais apropriado chamar o valor de “valor pessoal”.¹⁷

Além do valor pessoal, um bem pode possuir um valor objetivo. O valor pessoal está relacionado ao ganho de bem-estar, enquanto o valor objetivo refere-se a um resultado técnico de engenharia. Por exemplo, uma lata de tinta possui um valor objetivo de pintar uma parede, mas o seu valor pessoal depende da importância desse feito em nossa escala de necessidades. A teoria econômica não se preocupa com o valor objetivo do bem enquanto dado de engenharia ou resultado concreto de um processo físico. Mas há uma classe de valores objetivos que a ela interessa: é o valor de troca objetivo ou, num sentido mais restrito, o preço dos bens. Os bens em geral podem ser trocados no mercado por outros bens numa certa proporção de quantidades. O valor de troca tem uma dimensão objetiva e outra subjetiva e ambas interessam à análise econômica. O valor de troca subjetivo é a importância que atribuímos aos bens que serão recebidos em troca do bem que possuímos no momento. É, portanto, um valor pessoal. O valor de troca objetivo, as proporções que se estabelecem na troca, é de fato um aspecto objetivo mas é também um fenômeno de mercado. Entretanto, na visão de Menger, o que se processa no mercado é a resultante de escolhas individuais e, sendo assim, a objetividade que associamos ao valor de troca se trata apenas de fenômeno advindo de composição e interação entre valores pessoais. Portanto, o valor de troca objetivo também se assenta, em última instância, em valores pessoais, e a teoria do valor de Menger está, em qualquer caso, associada ao valor pessoal.

16 Já que o conteúdo das necessidades individuais que está na base do fenômeno do valor pessoal é visto em Menger como um fato objetivo que independe da vontade individual. Essa interpretação de Menger aparece também em WHITE (1977, p. 374). O caráter objetivo das necessidades humanas é realçado em MENDER (1871, p. 76-77) quando ele afirma que “*uma vez presente essas necessidades, o valor que os bens têm para nós não pode ser mais algo de arbitrário, mas simplesmente a consequência necessária do conhecimento de sua importância para nossa vida ou para nosso bem-estar.*” E também na p. 95 onde se lê: “*Para nós, a importância do atendimento das diversas necessidades não encontra sua medida em nosso arbítrio, mas antes na importância que independente de o querermos ou não, tem o atendimento de cada necessidade para nossa subsistência ou para nosso bem-estar.*”

17 ALTER (1990a, p. 333) diz que para Menger “*value is value only for the active subject; it does not exist in itself, nor is it a property of the good.*”

Tendo percorrido sobre a natureza do valor econômico em Menger, vejamos agora como ele é determinado pela escala hierárquica de importância dos bens que cada indivíduo carrega consigo. O ordenamento de importâncias é feito pelo indivíduo, mas nem é preciso que ele reconheça explicitamente a sua escala de necessidades, o importante é a aceitação pela teoria, da sua existência, que em cada agente assume contornos próprios. Menger pensa no caso de um bem que satisfaz a diferentes tipos de necessidades. O trigo, por exemplo, permite diferentes usos: como semente, insumo para farinha, alimento etc. A cada um desses usos ele associa um algarismo romano, e a ordem de importância dentro de cada classe é representada por números inteiros. A partir disso, podemos obter um entendimento do processo de escolhas com economização observando a tabela abaixo:

I	II	III	...	X
10	9	8	...	1
9	8	7	...	0
8	7	6	...	
7	6	5		
6	5	4		
5	4	3		
4	3	2		
3	2	1		
2	1	0		
1	0			
0				

Na hipótese de que temos a provisão de apenas seis unidades homogêneas de trigo, qual seria a maneira mais eficiente de alocá-las de modo a se obter o melhor resultado em termos de satisfação? Ora, logicamente teríamos destinado três unidades ao primeiro uso, duas ao segundo e apenas o primeiro *quantum* da terceira classe ficaria atendido, conforme mostram os números em negrito. Qualquer outro arranjo reduziria o nível de bem-estar alcançado.¹⁸ Esta análise lembra o que na historiografia das idéias se tornou conhecido como a Segunda Lei de Gossen. Mas Hermann Gossen pensava na alocação do tempo ou da

18 STIGLER (1937, p. 238) condiciona a conclusão de Menger dizendo que ela só é válida para um único bem com vários usos. Se a possibilidade de satisfação de um tipo de desejo é possuída por vários bens, só podemos fazer comparação pela alocação da renda. Nesse caso, entra o papel da moeda e a condição de equilíbrio passa a ser a igualdade entre as razões das utilidades marginais pelos respectivos preços e não simplesmente a equivalência das utilidades marginais.

renda no consumo de diferentes bens, enquanto que Menger analisa o uso de um mesmo bem no atendimento de diferentes necessidades e conclui que o bem homogêneo atende, em cada caso, ao mesmo nível final de satisfação (no caso representado pelo número oito). Na construção da tabela anterior já havíamos adotado a Primeira Lei de Gossen ou a idéia da utilidade marginal decrescente em um uso específico do bem.¹⁹

A associação entre Menger e Gossen gera mais dificuldades de interpretação do que esclarece a natureza da análise do economista austríaco, por vários motivos. De início há que se chamar atenção para o fato de Menger nunca ter enunciado uma lei psicológica das satisfações decrescentes com o consumo ininterrupto de um bem. A tabela é estática e diz respeito apenas à possibilidade de se discriminar uma ordem de importância no atendimento de necessidades. Menger nunca utilizou a expressão “utilidade marginal” e, como vimos, nele o conceito de utilidade é secundário na determinação do valor, indicando apenas uma aptidão ou capacidade do bem, e o cálculo marginal não aparece como uma hipótese analítica de trabalho, sendo apenas um resultado que se poderia inferir de sua análise. Além disso, os números na tabela indicam apenas um ordenamento na importância das necessidades satisfeitas, e o mesmo número, quando aparece em duas colunas diferentes, só indica que ambos os usos, no nível em que nos encontramos em cada classe, originam um grau de satisfação de mesma importância relativa.²⁰

Também é importante observar que os níveis iniciais de satisfação em cada coluna da tabela dependem do grau de consumo prévio em que o indivíduo se encontra. A necessidade adquire maior importância se o indivíduo parte de um nível de carência maior, mas quando elas são corriqueiramente e com grande

19 Na exposição das características comuns a todo sentimento de prazer, Gossen enuncia o fundamento da lei da utilidade marginal decrescente: no consumo ininterrupto de um bem, a grandeza do prazer derivado da última unidade cai até a saturação. Esta proposição tornou-se conhecida na literatura como a Primeira Lei de Gossen. A utilidade marginal é denominada por Gossen de “grandeza final do prazer”. Partindo deste conceito, ele examina a situação em que se intenciona combinar a posse de diferentes objetos no intuito de maximizar a soma dos prazeres proporcionados. Na solução do problema, ele estabelece a chamada Segunda Lei de Gossen: a maximização de prazer recomenda que se escolha o tempo dedicado ao usufruto de cada objeto de forma a igualar, entre todos os objetos, a grandeza final de cada prazer singular ou o valor do último átomo de prazer. Cf. SCHNEIDER (1968, p. 82).

20 STIGLER (1937) não acredita que se possa comparar números entre diferentes colunas e que Menger só os introduziu para indicar ordens de importância. Menger não é preciso quanto ao significado destas magnitudes, mas os seus comentadores atuais consideram-no um “ordenarista”.

facilidade satisfeitas perdem importância; daí não se poder falar em Menger, como na expressão dos economistas clássicos, que a água tenha maior valor de uso que o diamante e, portanto, o “paradoxo do valor” fica completamente resolvido.²¹

O valor de um estoque de seis unidades de trigo é seis vezes o valor atribuído ao último *quantum* de necessidade satisfeito e portanto é este que determina o valor total do estoque. Menger toma os conceitos e representações básicas da sua análise como uma disposição natural de elementos e suas conclusões são tidas como as leis exatas do valor no exemplo simples de bens homogêneos que satisfazem a diferentes necessidades. Este, entretanto, é apenas o primeiro passo na descrição de Menger dos fenômenos econômicos, e em seguida ele avança no estudo da formação do valor nos processos de produção. É quando sua análise revela toda a sua riqueza.²²

Menger preocupa-se agora em integrar a sua apresentação elementar da teoria do valor a uma descrição dos processos econômicos ao longo do tempo. No exemplo anterior ele partia de um bem imediatamente disponível para consumo e a única incerteza do agente dizia respeito ao conhecimento dos aspectos envolvidos no quadro presente. Mas os bens são obtidos ao longo do tempo à medida que ocorre a produção deles. Quando Menger considera a produção, o tempo passa a ocupar um papel primordial em sua análise, e o conhecimento do agente é problematizado por um número maior de incertezas quanto ao futuro e quanto aos fatores determinantes da produção. Um bem que não é prontamente consumido mas entra como insumo produtivo é denominado de bem de segunda, terceira ou mais ordens dependendo da distância que ele guarda do produto final na cadeia produtiva, quer dizer, se ele é usado diretamente na produção do bem final é de segunda ordem, se produz bens de segunda ordem é avaliado como bem de ordem terceira, e assim por diante.²³

21 SMART (1891, p. 26) escreve que “*Bread is little thought of, and diamonds much thought of, because, when all the circumstances are taken into account - the circumstance of limitation of want and the circumstance of provision for want - the importance to concrete human want of the one is little, and of the other is much.*”

22 HAYEK (1973, p. 7) comenta que “*It was this extension, of the derivation of the value of a good from its utility, from the case of given quantities of consumer goods to the general case of all goods, including the factors of production, that was Menger’s main achievement.*”

23 STIGLER (1937, p. 232) aponta o valor dúbio da classificação mengeriana dos bens, pois o mesmo bem poder ser usado como um bem de segunda ordem ou como um bem de ordem mais elevada. No entanto, reconhece que traçar em detalhes os estágios na produção até de uma mercadoria simples na moderna economia complexa já seria uma detalhada descrição da vida econômica e de sua história.

Todos os bens de ordem superior adquirem valor como parte do valor atribuído ao produto final na ponta da cadeia produtiva em que eles contribuíram. Os bens finais adquirem valor de modo imediato, os bens intermediários ganham valor de modo mediato na medida em que contribuem para um resultado futuro que sem eles não ocorreria.²⁴ O valor dos bens de ordem elevada depende, portanto, das expectativas que no presente formulamos com respeito a valores futuros já que a produção consome tempo.²⁵ Menger acredita que o tempo é um elemento que nunca se dissocia da produção, embora o progresso técnico possa abreviá-lo; ele também pensa que quanto mais complexa a produção mais crescerá o número de bens de ordens sucessivamente maiores, alargando-se o período de produção e ampliando-se o horizonte de planejamento. Para um futuro mais distante, maiores as incertezas quanto ao valor do bem de primeira ordem, que dependerá não das condições atuais em que se inicia a produção mas da configuração futura em que escalas de preferências e quantidades ofertadas irão condicionar o valor do bem.²⁶

Menger de fato desenvolve uma descrição bastante sofisticada do processo produtivo, mostrando como o encadeamento dos bens de alta ordem na produção e a relação que se estabelece entre eles resultam nos valores que a teoria atribui a cada um deles. Ele explica como os valores dos bens finais são distribuídos entre os que concorrem na sua produção e define o conceito de capital como o conjunto de bens de ordem superior. Mostra que os fatores produtivos podem se combinar em proporções fixas e variáveis e que eles estabelecem entre si uma relação de substituição ou complementaridade.

Como um recurso analítico, Menger pensa o conjunto de bens de ordem superior que participam na produção de um bem específico como um único bem de capital e investiga como podemos determinar o valor do capital como um todo.

24 Assim, fica definido por MENER (1871, p. 96) que “o valor dos bens de ordem superior é sempre, e sem exceção, determinado pelo valor previsível dos bens de ordem inferior para cuja produção os mesmos servem.”

25 STIGLER (1937, p. 232) conclui que, em Menger, a teoria do valor só diferencia os recursos produtivos dos bens de consumo com base na proximidade do consumo. Diz ainda que a aplicação da teoria do valor também a bens de produção levou a proposições corretas e adequadas sobre a teoria da distribuição pela produtividade marginal.

26 STIGLER (1937, p. 233) aponta esta peculiaridade do bem de ordem elevada: na ausência de conhecimento completo e de controle completo sobre a natureza o futuro não é certo, e como a utilização do bem de ordem superior sempre consome tempo, é o desejo antecipado do que será satisfeito pelo bem de ordem elevada, no final do processo de produção, que determinará a sua qualidade de bem (do alemão *Güterqualität*).

Como o capital fica indisponível no intervalo de tempo da produção, os seus proprietários são remunerados por essa utilização. Eles também fazem jus a um ganho pela sua atividade empresarial (são os responsáveis pela produção e são eles que são aplicados no cálculo econômico dos processos envolvidos). Sendo assim, o valor previsível do produto final deve cobrir o custo temporal de utilização do capital e o pagamento pela atividade empresarial; o que sobra nesta conta fica imputado ao valor do capital. Resta ainda explicar como os diferentes bens que participam na composição do capital repartem entre si o valor total atribuído ao grupo. Mas a análise de Menger neste ponto não é suficientemente esclarecedora, e ele deixou a seus discípulos a tarefa de aperfeiçoar a teoria.²⁷ Neste aspecto, grandes progressos teóricos foram alcançados nas contribuições de Friedrich Freiherr von Wieser, como na idéia de custo de oportunidade e na sua teoria de determinação dos valores dos bens de ordem elevada por imputação.²⁸

A teoria que acabamos de descrever é exposta basicamente no capítulo 3 do *Grundsätze*; os próximos dois capítulos analisam o fenômenos da troca e o mecanismo de formação de preços. Esta é a parte mais reveladora da epistemologia de Menger, e sendo assim optamos por comentar esses importantes pontos da teoria de Menger apenas na penúltima seção deste artigo após termos discorrido sobre o arcabouço filosófico da obra.

Qual a base filosófica subjacente à descrição que Menger fornece da vida econômica? Quais os autores que influenciaram o pensamento mengeriano? Há poucas pistas no *Grundsätze* que nos possibilitam deduzir o conteúdo de sua visão filosófica. Uma delas reside no fato de o filósofo grego Aristóteles ser muito citado em notas de rodapé dessa obra, onde contamos uma dezena de extensas citações. De fato, quando examinamos os mais consagrados comentadores de Menger encontramos um ponto que tem sido cada vez mais corroborado na literatura secundária: a filiação de Menger à filosofia aristotélica.

27 MENER (1871, p. 105) só nos diz que o valor de um único bem de ordem superior dentro do grupo é igual à “*diferença entre a importância que têm as necessidades que seriam atendidas em caso de dispormos da referida quantidade e a importância das necessidades que, em caso contrário, seriam atendidas.*”

28 HAYEK (1968a, p. 459) acredita que o mérito maior de Menger recai na busca de detalhes em pontos conceituais importantes mais do que na elegância formal. Embora clara, sua teoria não teria muito apelo na forma em que ele a deixou. Coube a Wieser, indica Hayek, tornar a análise da utilidade marginal austríaca apta a novos desenvolvimentos que culminaram na “lógica da escolha” e no “cálculo econômico”.

Antes de examinarmos os argumentos encontrados nessa literatura, vejamos se no ambiente intelectual de Viena à época de Menger localizamos alguma influência da antiga filosofia.

Indícios nesta direção aparecem em Kauder, que nos conta que em Viena Aristóteles era muito ensinado na escola secundária.²⁹ Mas também foi de Viena que partiram os mais importantes ataques à filosofia clássica no momento em que Ernst Mach e os positivistas lógicos propuseram as bases filosóficas da filosofia antimetafísica, empirista e formal. Menger, embora tenha acompanhado essa evolução nos debates filosóficos, construiu a sua base de pensamento no período anterior à eclosão do positivismo vienense, quando Aristóteles ainda era aceito em muitos meios intelectuais.

Uma outra filiação de idéias em Menger, menos citada entre os especialistas, aparece em Max Alter, que identifica influências do romantismo alemão no esquema de pensamento do austríaco. Menger também segue as idéias de E. Burke e da Escola Histórica do Direito de Savigny na construção de sua teoria das instituições orgânicas e na sua visão básica de sociedade. A identificação destas filiações intelectuais nos é suficiente para o estudo da natureza da epistemologia naturalista de Menger.

Alter considera que a ênfase, em Menger, nas expectativas e na informação incompleta dos agentes seja uma herança do romantismo alemão.³⁰ Também acredita que o papel central dado ao conceito de necessidades (*Bedürfnis*) no *Grundsätze* tenha inspiração romântica. Respeitamos a posição de Alter, mas, de qualquer maneira, esta influência não nos parece tão decisiva na compreensão da epistemologia de Menger, embora ela possa revelar a origem de certas particularidades de suas reflexões econômicas. Mais reveladora é a proximidade entre Menger e Aristóteles.³¹

29 KAUDER (1957, p. 419) destaca os autores mais influentes no contexto austríaco da época, além de Aristóteles: Tomás de Aquino, Leibniz, Bolzano, os católicos heréticos, Jansen e Miguel de Molinos. Também eram muito consideradas as idéias do imperador Josef II, do estadista Metternich e dos poetas Grillparzer, Stifter e Anzengruber.

30 O movimento romântico alemão desenvolveu-se a partir de 1790 como reação ao Classicismo de Goethe e Schiller. Foi animado por três escolas: a de Iena, representada por Schlegel, Tieck e Novalis, à qual sucederam a de Heidelberg, com os irmãos Grimm, e a de Berlin, com E.T.A. Hoffmann e Kleist. A tese de que Menger esteve sob influência do movimento romântico aparece em ALTER (1982, 1990a e 1990b). Alter aproxima o romantismo alemão da filosofia idealista de Fichte e Schelling. Entre os românticos, cita Schleiermacher e Haym.

31 As influências do aristotelismo em Menger são diretas e não se dão via o tomismo. CUBEDDU (1993, p. 8) diz que também no *Untersuchungen* ele não menciona o tomismo ou autores neoaristotélicos. Sobre a relação entre o romantismo e o aristotelismo vide ALTER (1990b, p.112-121).

Alter, Kauder, Cubeddu e White apontam aspectos do pensamento aristotélico que teriam sido decisivos na formação das idéias de Menger. Os principais são a idéia de causalidade e o “realismo filosófico”. A ciência de Aristóteles é a busca das causas primeiras das coisas. Na *Metafísica* (p. 6) ele escreve: “É pois manifesto que a ciência a adquirir é a das causas primeiras (pois dizemos que conhecemos cada coisa somente quando julgamos conhecer a sua primeira causa)...”

Já no capítulo inicial do *Grundsätze* a noção de causalidade é ostensivamente utilizada. O bem torna-se “bem econômico” pela ação de quatro causas: a existência prévia de necessidades, a utilidade do bem, o reconhecimento dela pelo agente e o fato de ele poder dispor do bem. Kauder associa as quatro condições necessárias e conjuntamente suficientes para a definição de bem aos quatro tipos de causalidades definidos por Aristóteles na *Física*.³² Ao falar dos bens econômicos, Menger utiliza a todo momento a expressão “nexo causal”. As “coisas capazes de serem colocadas em nexos causais com a satisfação de nossas necessidades humanas” são bens à medida que as condições apontadas anteriormente estejam estabelecidas.³³

A idéia de causalidade em Menger possui um significado específico muito próximo ao que encontramos nos textos da filosofia clássica. A relação de causalidade é sempre temporal, a causa antecede no tempo o efeito dela decorrente e portanto causa e efeito não ocorrem simultaneamente.³⁴ Vejamos

32 Especialmente, no livro II, caps. 3 e 7. ALTER (1982, p.152-53): “The purpose of economic activity is Aristotle’s, and if we keep in mind that Menger is analyzing immaterial objects (“inner” or psychological states: states of being like satisfaction, need and want; relationships), the four necessary and jointly sufficient conditions are nothing else but Aristotle’s four causes operating in the realm of immaterial objects. They are, the material, the efficient, the formal, and the final cause.” STIGLER (1937, p. 231) identifica as duas primeiras condições (a existência de uma necessidade ou desejo e a propriedade da coisa que a permite satisfazer o desejo) como definidoras de coisas úteis (*Nützlichkeiten*); com as duas outras condições (o reconhecimento humano e a posse) temos a qualidade de bem (*Güterqualität*). A ausência ou perda de qualquer uma das quatro condições acarreta na perda da *Güterqualität*.

33 No início do *Grundsätze*, MENGER (1871, p. 36) identifica o “nexo causal entre os bens”. Diz que a teoria deve “ordenar e concatenar as coisas segundo critérios internos, conhecer o lugar que cada uma delas ocupa no encadeamento causal dos bens e pesquisar as leis que as comandam sob esse aspecto.”

34 MENGER (1871, p. 43) escreve que... “É, pois, certo que nunca compreendemos plenamente o nexo causal existente entre os diversos fenômenos desse processo - e o processo como tal -, enquanto não o situarmos no tempo.” E que “todo processo de mudança ou transformação significa um vir-a-ser; um surgir; um tornar-se, e isso só é possível dentro do tempo.” ALTER (1982, p. 153) identifica no vir-a-ser (*ein Entstehen*) e no tornar-se (*ein Werden*) terminologias típicas do romantismo alemão. Na interpretação de Alter: “Time and causality, for Menger are inseparably (ontologically) linked. The process of change, being the causal process, is only thinkable as a temporal process. The essential nature of economic activity therefore becomes at the same time its existential nature, and thus Aristotle’s distinction between timeless logical necessity and causality, which exists only in time, has been conflated by Menger.”

um exemplo: quando a banheira do bebê é preenchida com água ela se torna mais pesada. Nesse exemplo a banheira ganha peso e água ao mesmo tempo e embora a água possa aqui ser pensada como a “causa” do peso da banheira ela não antecede no tempo ao ganho de peso. Agora tomemos um exemplo na teoria de Menger: a combinação de bens de ordem elevada é a causa do bem de consumo final. Fica patente, no exemplo, a anterioridade temporal das causas. Também há na idéia mengeriana de causalidade um tipo de teleologia. As causas estão voltadas para a execução de efeitos: o bem é causa enquanto um meio para o alcance de satisfação, o insumo produtivo é bem econômico por ser uma causa que precede a obtenção do bem final desejado, e assim por diante. A noção aristotélica de causalidade utilizada por Menger confere ao processo econômico um caráter irreversível, no sentido de que o efeito não pode se tornar uma causa para se obter em sentido contrário a causa que antes havia originado esse efeito. O bem econômico, uma vez consumido, não pode ser posto para fora e restabelecer a necessidade anteriormente satisfeita, e o produto final não pode ser decomposto de volta aos insumos produtivos.

O “realismo filosófico” em Menger é outro aspecto de sua epistemologia que não pode ser desconsiderado. Em sua visão filosófica, os conceitos sempre denotam objetos que possuem uma existência concreta e, dessa forma, as palavras são apenas um meio de remetê-los para dentro do discurso.³⁵ Portanto, a teoria pura não busca impor um padrão ordenado à realidade, pelo contrário, ela procura apenas traduzir um ordenamento, já presente no objeto de estudo, em proposições teóricas. A teoria econômica discorre sobre as leis que regem elementos naturais preexistentes, tais como necessidades, desejo por satisfação, utilidade dos bens e conhecimento do agente. A própria sociedade é tida como uma estrutura orgânica e natural a ser estudada. As influências de Burke e Savigny já haviam conduzido Menger a essa concepção de sociedade. Ele afirma que seu método de estudo é genético e causal, pois vale-se da estratégia de reconstruir a estrutura complexa da sociedade partindo dos elementos simples que compõe a sua base, de forma a

35 Aristóteles afirma, na *Metafísica* (p. 31), que as idéias pertencem à substância das coisas. KAUDER (1957, p. 414) descreve o princípio do realismo filosófico citando Werner Jäger, um especialista em Aristóteles: “Any real knowledge presupposes a subject which is outside the mind and which is touched, copied, reflected by the mind.” HUTCHISON (1973, p. 17) critica essa concepção dizendo que ela não pode ser aceita hoje em dia. Ele enquadra Menger no “essencialismo metodológico”, termo definido por Karl Popper. É a doutrina, fundada por Aristóteles, que ensina que a pesquisa científica deve penetrar na essência das coisas para explicá-la. O essencialista pergunta coisas como: o que é a matéria? O que é força? O que é justiça?, esperando que uma resposta penetrante a essa questões possa revelar o significado real ou essencial desses termos e, com isso, a natureza real ou verdadeira das essências denotadas por eles.

mostrar como a totalidade social é construída pela ação de leis que incidem nos elementos básicos. O aristotelismo também está por trás do modelo de sociedade orgânico-natural que deve ser explicada geneticamente e pelas relações causais.

As tradicionais dicotomias presentes no pensamento de Aristóteles entre forma e matéria, essência e aparência (ou existência), também têm sido usadas pelos comentadores do *Grundsätze* para explicar a natureza de sua epistemologia. No *Organon* (p. 73), Aristóteles explica o que é uma propriedade essencial da coisa: “... é a que se afirma de uma coisa em comparação com tudo o mais e que distingue a referida coisa de todas as outras...” A aparência é uma propriedade temporária da coisa: “... é aquela que só é verdadeira numa ocasião particular e não acompanha sempre necessariamente o sujeito, como ao dizer-se de um homem particular que ele está passando na praça do mercado.”

Menger acredita na existência de uma estrutura imutável que compreende a essência ou a forma do fenômeno econômico, e a teoria pura é tão-somente a descrição exata das configurações eternas da vida econômica.³⁶ Apoiado nas dicotomias do estagirita, Alter interpreta o valor econômico em Menger como sendo a essência dos fatos, ficando os preços efetivamente praticados nos mercados como um aspecto acidental que não pertence à essência mas à aparência do fenômeno.³⁷ Kauder acredita que a teoria do valor mengeriana lida com a “forma” aristotélica, identificando os “tipos exatos” e as “relações típicas”, enquanto os fatos históricos pertencem à “matéria” que contém apenas potencialidades de virem a se tornar formas exatas.³⁸

A “essência”, segundo Aristóteles, é o que vulgarmente se chama de natureza; é o modo de operar de cada ser e a “aparência” ou “existência” é o ato da essência.³⁹ A “forma” faz do ser o que ele é, abstraindo-se os aspectos contingentes da “matéria”. Não precisamos aceitar essas divisões anacrônicas do

36 ALTER (1982, p. 152): “The main concern there is to establish the origin and nature, “*Ursprung und Wesen*” of goods, Wealth, scarcity, value, and money. Starting off with a discussion of goods, he begins by defining their “*Wessen*”, that is, their nature or essence.”

37 ALTER (1982, p. 153): “...in his [Menger] economic theory, values constitute the essence underlying economic activity, while prices are only accidental phenomena; they are appearances on the surface.”

38 KAUDER (1957, p. 416) considera que Menger tenha aplicado a tradicional dicotomia aristotélica na economia: “The matter contains the suitable material. The form realizes the potentialities of the matter.. Theory deals with the form, history and statistics with matter; i.e., concrete cases. Theory deals with exact types and typical relations. These theoretical types provide knowledge which transcends the immediate information.”

39 Para ALTER (1982, p. 155) “The division between the two worlds of essence and appearance is faithfully maintained by Menger; the purpose of exact theory is to provide “knowledge and understanding” of the essence of economic phenomena.”

Filósofo, o importante a frisar é que Menger utilizou esse esquema filosófico para se contrapor não apenas ao historicismo mas também aos métodos matemáticos de um Jevons e principalmente Walras.

Menger era avesso ao tratamento matemático dos problemas econômicos, embora ele tivesse uma bagagem matemática tão boa quanto a de Walras. A economia deveria investigar a essência de conceitos econômicos e isso não poderia ser estabelecido por equações e gráficos, pois na sua opinião elas só dão conta de sentenças arbitrárias sobre relações entre grandezas que se estabelecem na condição de equilíbrio. Só o método genético-causal, e não os modelos matemáticos, focaliza a essência da vida econômica.⁴⁰

A rejeição ao tratamento matemático de questões econômicas na obra de Menger tem, portanto, sua justificativa no legado aristotélico. No entanto, a ausência de uma análise matemática em Menger deixou-o na contramão da tendência principal que se verifica entre os economistas do fim do século XIX, que se encantaram com as novas possibilidades abertas pelo uso desse instrumental. De fato, à medida que os problemas econômicos fundamentais foram pensados como problemas de maximização de lucro ou de utilidade, a aplicação do cálculo neste domínio pareceu natural, ainda mais porque o exemplo do paradigma da Física reforçava a crença de que todo conhecimento científico assentava-se no uso da matemática. Enquanto Menger estivesse preocupado apenas em detalhar pontos conceituais importantes da sua visão da Economia a ausência de elegância formal, propiciada pela linguagem matemática em sua teoria, não diminuiria o mérito dela. Entretanto, embora clara, a teoria não teria muito apelo na forma que Menger a deixou. Nem todos os austríacos seguidores das idéias de Menger rejeitaram o uso da matemática. Wieser, por exemplo, incorporou-a às idéias de Menger, propiciando novos desenvolvimentos que culminaram na “lógica pura da escolha”. A tese segundo a qual os fenômenos econômicos não podem ser tratados pela matemática mostrou-se perniciosa para o desenvolvimento da

40 Utilizamos ao longo do artigo diferentes nomes para descrever o método de Menger. É oportuno justificar tal procedimento. Quando falamos em “método analítico compositivo” enfatizamos o procedimento do teórico que estuda o todo a partir da identificação das partes individuais. Quando utilizamos a expressão “método genético-causal” estamos destacando uma característica da realidade: os eventos estão ligados por causalidades e a totalidade social advém concretamente a partir da interação entre as suas partes. Mais adiante, quando estivermos interessados em enfatizar as duas coisas (o procedimento teórico e a constituição da realidade concreta em si mesma) também falaremos em “método genético-compositivo”. São maneiras de nos referirmos ao método de Menger destacando diferentes aspectos e não uma redundância de termos.

Economia como ciência. Fica claro, portanto, que não queremos aqui fazer apologia ao método mengeriano, mas tão-somente entender as características de seu pensamento.

A BATALHA DOS MÉTODOS

O *Grundsätze* adquiriu um certo prestígio na Áustria, o que ajudou a promover o nome de Menger. Em 1876 ele conquista a respeitada posição de tutor do príncipe Rudolf e três anos depois é finalmente aceito como professor catedrático na Universidade de Viena. No entanto, seu livro foi muito criticado na Alemanha. Gustav Schmoller, o mais influente economista alemão do período, emitiu um parecer bastante crítico, considerando completamente inútil o tipo de análise abstrata desenvolvida por Menger. A postura desfavorável dos alemães incomodou o austríaco, que considerou ainda ser possível angariar simpatias naquele país convencendo os alemães da importância de sua obra a partir de uma discussão metodológica. Em um esforço sistemático de crítica ao historicismo, Menger começa a trabalhar a partir de 1875 na sua segunda grande obra, o *Untersuchungen*, que viria a ser publicada em 1883.⁴¹

Este livro despertou a reação irada de Schmoller, dando início à querela da Batalha dos Métodos. Em metodologia e epistemologia econômica, Menger ainda publicaria, um ano depois, o *Die Irrthümer* e o *Grundzüge*, em 1889.⁴² Como consequência da controvérsia, a obra de Menger foi perseguida e excluída das universidades alemãs. Estes escritos contêm uma crítica consistente ao historicismo, e embora neles Menger não esclareça os seus próprios pressupostos filosóficos eles revelam aspectos que nos ajudarão a resolver o problema

41 MENGER (1883). Hayek - em MENGER (1871, p. 11) - afirma que após o *Grundsätze* Menger dera pouca contribuição literária à teoria pura, exceto no campo de teoria monetária. No entanto, no final do *Grundzüge*, MENGER (1889, p. 24) escreve que “Now I too am of the opinion that a methodology, no matter how fully elaborated, is not sufficient in itself for the development of the sciences.” BIRNER (1990, p. 242) considera que o *Untersuchungen* foi escrito porque Menger não obteve reconhecimento com o *Grundsätze*. Menger queria mostrar a importância da teoria econômica abstrata.

42 *Die Irrthümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie*, literalmente “Os Erros do Historicismo na Economia Política Alemã”. O *Grundzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften* - MENGER (1889) - foi traduzido para o inglês como *Toward a Systematic Classification of the Economic Sciences*.

epistemológico fundamental: a relação entre uma teoria exata dos processos econômicos e as incertezas do comportamento econômico diante do subjetivismo das escolhas.

A controvérsia entre Menger e a Escola Histórica Alemã aparece superficialmente caracterizada como a disputa entre o método indutivo e o método dedutivo na ciência econômica, mas não é disso que se trata. Menger, como vimos, também credita à escola alemã muitas idéias que compuseram sua formação intelectual. Tanto é que o *Grundsätze* foi dedicado a Wilhelm Roscher, importante membro da Escola Histórica Alemã. Menger e o historicismo alemão concebem em comum uma visão da sociedade como uma totalidade orgânica e natural. No entanto, apenas os alemães consideram válido o estudo direto dessa totalidade na compilação de estudos históricos de onde se poderia extrair leis empíricas. Menger acredita que a história não permite revelar ao observador a ocorrência de leis, ou seja, não se pode extrair indutivamente um padrão regular de comportamento partindo-se de monografias históricas. A história não apresenta um enredo secreto que pudesse ser revelado empiricamente. Tudo o que existe, assevera Menger, é o concurso de ações individuais que, em sociedade, acabam compondo uma totalidade natural estruturada.

O *Untersuchungen* é dividido em quatro partes, e deles nos interessa a parte 1, intitulada “Economia e História”, que trata da natureza das leis econômicas, e a parte 3, “A Visão Orgânica do Fenômeno Social”, onde ele discute as conseqüências não intencionais da ação humana que originam a estrutura orgânica da sociedade.⁴³ Menger propõe uma nova maneira de interpretar a história como um efeito das escolhas subjetivas individuais. A primeira crítica dirigida ao historicismo é a refutação da idéia de que pelo método indutivo seria possível estabelecer leis para os fenômenos sociais. Embora não seja possível edificar uma ciência econômica só na acumulação e classificação de dados relativos a fatos históricos, ainda assim a história teria um importante papel. Menger trata portanto de esclarecer o papel da história e sua relação com a teoria exata.

Na investigação econômica, a teoria econômica pura ocupa um lugar ao lado da ciência histórica e estatística da Economia e da Economia prática. Cada um desses ramos do conhecimento econômico adota um método distinto. Cada

43 A parte 2 apresenta o papel da análise histórica e a parte 4 é um estudo sobre a Escola Histórica Alemã e a evolução do historicismo. HUTCHISON (1973, p. 15, nota de rodapé 3) - aponta dificuldades na interpretação desse livro: “*There is a great deal that is obscure regarding Carl Menger’s intellectual biography, the early influences that affected his work, his philosophical presuppositions and intellectual objectives. These obscurities are not serious for the understanding of the Grundsätze, but they make the interpretation of the Investigations much more difficult.*”

método objetiva alcançar uma meta particular da ciência econômica. Os historicistas erram por não aceitarem o “pluralismo metodológico” que demarca áreas de investigação, confundindo as diferentes vias de investigação e extraindo da história o que não pode ser alcançado por ela. A teoria pura estuda a natureza geral ou a conexão geral do fenômeno econômico, fornecendo um conhecimento que transcende a experiência imediata. Ela se ocupa com as relações fundamentais de fenômenos econômicos típicos pelo uso do *Verstehen*. Decompõe o fenômeno complexo em seus constituintes últimos, identificando neles os “tipos” básicos e as “relações típicas” que se estabelecem. A história e a estatística econômica estudam a particularidade individual do fenômeno. Elas não buscam regularidades, mas procuram compreender os aspectos contingentes da ação humana concreta. A ciência prática da economia investiga os princípios que devem guiar a ação humana em face das condições particulares no intuito de alcançar seus objetivos. Menger não diz que a economia aplicada seja uma receita para a tomada de ação num caso concreto pois, dada a riqueza do mundo, é impossível prescrever o procedimento a ser seguido em cada situação. Portanto, o conhecimento fornecido pela economia prática é apenas um acervo de casos que necessita da avaliação individual criativa da situação para que o agente decida que decisão tomar.

O método histórico não é descartado da investigação econômica, pelo contrário, por ele é possível entender as situações concretas em que operam as leis teóricas exatas. A experiência histórica também funciona como uma ferramenta auxiliar da teoria. A história é essencial para o trabalho do teórico pois ela suscita elementos que são utilizados pela introspecção na identificação de leis exatas. Não se trata, obviamente, de processos indutivos, mas da contribuição dos estudos históricos para as vivências pessoais do investigador que serão utilizadas pelo método *Verstehen*.⁴⁴

No terreno específico da economia teórica, a economia torna-se uma ciência natural que trata de elementos típicos obtidos pela introspecção. A introspecção isola os fatores mais simples, constitutivos do fenômeno, de todos os outros fatores causativos e encontra neles certas regularidades que descrevem a essência ontológica da realidade. Para Menger, sua teoria exata não apenas analisa conceitos e tira deles conclusões lógicas, mas ela é a descrição exata de fenômenos

44 Há uma importante analogia com Max Weber: nele a história também é utilizada pela introspecção na identificação dos tipos ideais. Em Menger, a história ajuda o reconhecimento das formas típicas do fenômeno. Vide HENNIS (1987, 1991).

objetivos.⁴⁵ As leis exatas, diferentemente das leis indutivas, não admitem exceção. Elas não podem ser testadas empiricamente. Mas os fenômenos reais podem muitas vezes afastar-se dos fenômenos típicos descritos pela teoria, dado o problema do conhecimento e a liberdade de escolha humana. Na teoria existe a abstração do erro humano quando o indivíduo não percebe os seus próprios interesses econômicos ou quando ele ignora as condições que rodeiam a sua ação. A história investiga as condições concretas em que o indivíduo se afasta do caminho estrito previsto pela teoria.

As teses epistemológicas de Menger não foram aceitas e nem compreendidas na Alemanha. No ano da publicação do *Untersuchungen*, Schmoller tinha lançado o livro *Zur Methodologie*. De lado a lado havia claramente uma tentativa de refutar a posição contrária. Um ano depois, Menger escreve o ensaio *Die Irrthümer des Historismus*, que identificava explicitamente Schmoller como seu alvo principal, tratando-o com sarcasmo. O novo ensaio não apresentou inovações significativas, mas se notabilizou pelas repercussões indesejáveis que viriam a acender a Batalha dos Métodos.⁴⁶

No último ensaio metodológico, o *Grundzüge* de 1889, Menger retoma as posições anteriores, e faz uma crítica sumária às idéias historicistas e estende o seu esquema de classificação do conhecimento econômico de forma a eliminar em definitivo qualquer dúvida sobre o papel da teoria abstrata. Menger mostra de início o seu descontentamento com o estado atual da pesquisa econômica na Alemanha, que só se preocupava em reconhecer as leis empíricas da história. A investigação econômica deveria ser implementada a partir das causas elementares do fenômeno, mas a escola alemã não o faz por estar mal-orientada metodologicamente e, em função disso, seus adeptos esforçam-se apenas em

45 Interpretando Menger, CUBEDDU (1993, p. 8) diz que “*One may therefore speak of ‘exact laws of nature’ since it is clear that wherever the results of the subjective choices made by those who are endeavoring to appease their (natural) needs come into contact with the results of an infinite number of other individual choices, the outcome does not degenerate into chaos, but rather ‘arranges itself’ according to a certain order that is natural to man.*”

46 CUBEDDU (1993, p. 18) escreve que “*Apart from its effective polemical form, however, Die Irrthümer des Historismus contains few conceptual innovations. Rather, the novel elements are of a different nature. The first lay in Menger’s choice of Schmoller as the target of his polemics. Menger was aware that the success of his own ideas within German culture was linked to the outcome of his dispute with the figure who has become the most authoritative and influential exponent of the Kathedersozialisten. Unfortunately this strategy was destined to involve a series of largely undesired repercussions. Menger knew of the differences between Schmoller and the first exponents of the Historical School of German Economics. Indeed, the chief subject of the controversy - aside from the usual methodological themes - concerned the possibility of considering history as “the empirical basis of the practical sciences of economy”, an issue only touched on in the Untersuchungen. A further innovation consisted in extending the term Historismus, which in the Untersuchungen was used to designate the thought of Georg G. Gervinus, to the entire Historical School.*”

descrever eventos econômicos concretos.⁴⁷ Menger acredita que o fato dos fenômenos econômicos concretos exibirem um desenvolvimento ao longo do tempo não torna inútil a análise teórica. Assim, ele conclui apontando para a necessidade urgente de se encontrar uma solução para os problemas metodológicos de sua ciência.

Menger diz que para a compreensão da natureza da teoria econômica é necessário antes situá-la no contexto geral da investigação econômica, e volta a apresentar sua classificação sistemática desta ciência. Afirma também que os historicistas não prestaram a devida atenção aos diferentes problemas colocados para a história, para a teoria econômica e para a economia aplicada, que apresentam entre si diferenças essenciais em suas preocupações. Menger escreve que os estudos da Escola Histórica restringem a pesquisa econômica a uma mera compilação de estudos históricos, estatísticos, morfológicos e práticos, com base em “princípios externos de classificação”. Critica-os, ao mesmo tempo em que se lança na retomada da classificação das ciências econômicas, esclarecendo e aperfeiçoando os seus argumentos anteriores.

As ciências em geral investigam a realidade a partir de um princípio geral de classificação, que separa os campos de investigação pela “natureza do objeto” e em cada um desses objetos adota linhas de investigação específicas de acordo com os diferentes métodos de se abordar a realidade. Assim, temos uma divisão geral entre as ciências da natureza e as ciências do homem, e em cada campo desenvolvem-se linhas de abordagem distintas que se constituem em diferentes disciplinas científicas. As ciências da natureza separam-se em natureza orgânica e inorgânica, e as ciências do homem em ciências do direito, política, sociologia, economia etc. A concentração em problemas especializados dentro de cada disciplina possibilita uma nova classificação interna com base em outro princípio que separa o estudo em dois ramos:

1. Estudos de fenômenos concretos particulares da realidade e de suas relações concretas situadas no tempo e no espaço - casos da estatística, que estuda a realidade de um ponto de vista estático, e da história, que adota o ponto de vista evolucionista.

47 Os economistas históricos, com algumas exceções, afirma Menger (1889, p. 2), limitam-se a descrever a origem e o desenvolvimento do fenômeno social e a se esforçar na descoberta de leis e regularidades empíricas. A escola histórica. *“does not trace them back to their psychological causes or to ultimate component elements that would still be accessible to perceptual verification. Such a procedure cannot provide us with a theoretical understanding of economic events”*. E em seguida acrescenta: *“In trying to avoid the mistakes of aprioristic social philosophy, and to a certain extent also those of the social physicists and social biologists, the Historical School has fallen into the still greater error of renouncing theoretical analysis, and with it theoretical understanding, of social phenomena.”*

2. Estudos da natureza geral do fenômeno, de suas relações gerais entre si e das leis exatas que os comandam ao longo do tempo - casos da teoria e da morfologia.

No segundo grupo, a teoria econômica investiga as leis exatas, enquanto a morfologia econômica classifica os fenômenos encontrando a estrutura genérica comum a todo fenômeno do mesmo tipo. Todos os resultados da investigação científica em economia, compreendendo os quatro campos, são depois articulados entre si, fornecendo preceitos que irão compor o conteúdo da ciência aplicada.⁴⁸

Com relação ao segundo grupo, há uma separação entre teoria e morfologia que não havia antes no *Untersuchungen* e que é bastante reveladora da epistemologia de Menger. A introdução da ciência morfológica da economia torna a classificação mais sofisticada no *Grundzüge*. A morfologia econômica é a descrição das formas essenciais presentes no fenômeno econômico e não possibilita, por si só, a compreensão dele, dependendo também da teoria. Por outro lado, o conhecimento morfológico é uma condição prévia para a obtenção das leis teóricas. Portanto, morfologia e teoria só podem ser separados para propósitos meramente descritivos.⁴⁹

A ciência da morfologia permite a decomposição do fenômeno econômico complexo em seus fatores elementares de modo a obtê-lo em sua forma pura.

48 Assim, no *Grundzüge*, MENER (1889, p. 14-15) classifica o sistema completo da ciência econômica nos seguintes campos: a “ciência histórica da economia”, formada pela estatística econômica e pela história econômica. A primeira investiga “*concrete economic phenomena from the point of view of statics and within definite spatial limits*”, enquanto que a história “*has to study them from an evolutionary standpoint and to combine them into a unitary, organic structure.*” A “morfologia dos fenômenos econômicos”, cuja função consiste “*in the classification of economic facts in accordance with their genera, species, and subspecies, as well as the demonstration of their generic form, i.e., the description of the common structures of different groups of homogeneous phenomena.*” A “teoria econômica”, que possui a tarefa de “*investigating and establishing the laws of economic phenomena, i.e., the regularities in their coexistence and succession, as well as their intrinsic causation.*” E a “economia prática ou aplicada”, que “*teaches us the principles and procedures by which generally determined economic aims may be most effectively realized in different circumstances and in the light of existing scientific knowledge.*”

49 MENER (1889, p. 12-13) reconhece que na ciência econômica o conhecimento morfológico não tem um significado independente “*as far as it is the result of a real analytical reduction of complex phenomena to their elementary factors and of an isolating synthesis of the latter...*” Tal conhecimento depende das leis de síntese do respectivo fenômeno fornecida pelo trabalho teórico. Por outro lado, assevera o austríaco, na ausência do conhecimento morfológico essas leis não podem ser formuladas. A idéia de Menger é a de que para a compreensão de fenômenos sociais complexos (por meio de análise e síntese) devemos buscar uma apresentação sistemática dos resultados combinados de ambas as abordagens, teórica e morfológica, não se separando morfologia de teoria. Porém, na situação onde o interesse for a mera descrição das formas dos fenômenos naturais complexos, “*the description of forms, the morphology of the respective fields of phenomena, assumes an independent significance, and the synthesis of the results of inquiry in separate systematic sciences corresponds only to the independent interest that we take in such knowledge.*”

Ela fornece, portanto, a estrutura essencial do fenômeno, desconsiderando o erro e as incertezas do agente. As leis exatas que comandam a sucessão de fenômenos dentro desta estrutura morfológica são estudadas pela teoria.⁵⁰ Fica claro no *Grundzüge* que o domínio da realidade essencial do fenômeno econômico de que fala Menger não abrange apenas as leis teóricas exatas, mas compreende também o quadro universal de elementos que a compõem e que configuram uma estrutura morfológica básica.

Já temos até aqui uma exposição suficiente da epistemologia de Menger, porém é preciso antes de atacar diretamente o problema epistemológico fundamental integrá-la à teoria de preços mengeriana, mostrando as suas implicações técnicas.

TEORIA DE PREÇOS E NATURALISMO

Uma preocupação elementar da investigação econômica é explicar como os preços são determinados. Isto parece colocar um sério problema para a epistemologia de Menger porque, para ele, os preços não podem ser rigorosamente determinados pela teoria pura, como podemos observar nos capítulos 4 e 5 do *Grundsätze*, onde seu autor discute o fenômeno da troca e o processo de formação de preços. A fixação de um preço específico depende da quantidade de informações dos agentes e de como elas são processadas no mercado. A teoria econômica exata dá conta de explicar apenas a essência do fenômeno, que são os valores pessoais. O preço é um fenômeno acidental e a teoria só demarca os limites de variação em que eles se apresentam no contexto da análise histórica. Por isso, os comentadores são unânimes em apontar que o valor pertence à essência e os preços vicejam na aparência do fenômeno.⁵¹

50 Menger (1883, p. 42) diz que essas leis “are not only without exceptions but according to our laws of thinking cannot be thought of in any other way but as without exceptions.” E que (p. 259) “Testing the exact theory of economy by the full empirical method is simply a methodological absurdity, a failure to recognise the bases and presuppositions of exact research. At the same time it is a failure to recognise the particular aims which the exact sciences serve. To want to test the pure theory of economy by experience in its full reality is a process analogous to that of the mathematician who wants to correct the principles of geometry by measuring real objects...”

51 O *Grundsätze*, na interpretação de ALTER (1990a, p. 332-333), é “an exposition of principles underlying economic activity derived by an author who believed in an Aristotelian *Weltbild*, who believed that values were the subjectively and immediately known essences underlying rough, probabilistic phenomena such as prices, but who believed, above all, in the a priori truth of “exact essential law” of any *Wissenschaft*.” ALTER (1990a, p. 333) resume o tratamento de Menger na questão dos preços: “Economics agents engage in exchange on the basis of their individual, subjective evaluations of the goods at their disposal. It is only at this stage that prices are introduced. These prices settle somewhere in the “feasible” region demarcated by subjective evaluation.”

Os preços dependem da extensão do mercado, isto é, do número de pessoas que por atribuírem um valor pessoal ao bem desejam adquiri-lo e do número de pessoas que desejam vender o bem porque atribuem um valor maior ao dinheiro que esperam receber em troca. Há também o papel do acaso na determinação de um preço específico, pois, como veremos adiante, a faixa de valores que tornam compatíveis a oferta com a demanda pode corresponder a mais de um preço. Quando Menger expõe o problema do valor no capítulo 3 do *Grundsätze*, ele descreve a morfologia econômica de agentes que agem para satisfazer necessidades e, encontrando uma relação de escassez entre os bens econômicos e os desejos, procuram alocar eficientemente os bens demandados pelo exercício da economização, considerando eles uma estruturação hierárquica prévia de necessidades. A teoria é capaz de explicar como o valor pessoal do bem é estabelecido no contexto de uma morfologia específica. Mas Menger sempre considerou que na prática do mercado as pessoas agem em um mundo cheio de incertezas e com base em informação incompleta. A teoria exata explica a natureza essencial do valor a partir de leis econômicas eternas e universais que sem elas a vida econômica não poderia ser analisada. Os valores dos meios de produção (bens de ordem elevada) só poderiam ser determinados se o conhecimento individual fosse suficiente para que as expectativas quanto ao valor futuro do bem de consumo (bem de primeira ordem) e o conhecimento dos fatos tecnológicos da produção sejam corretos.

O valor pessoal de um bem precede a troca, mas os preços são fenômenos acidentais de mercado. Sendo assim, eles não ficam inteiramente indeterminados, pois cada parte individual que transaciona no mercado só aceita comprar ou vender se espera obter um valor pessoal líquido maior ao final da troca. Só a investigação empírica nos permite a obtenção de um conjunto de preços, mas a investigação teórica fornece o fundamento do preço com base nos valores pessoais dos participantes. Vejamos um exemplo apenas ligeiramente diferente do que é apresentado por Menger no capítulo 4 de sua obra.

Começemos com o caso mais simples da troca isolada, indo depois para situações mais complexas. O vendedor V e o comprador C pretendem transacionar entre si um automóvel. Para V , seu veículo vale \$30 enquanto que C estima-o em \$50. Se o preço $p = \$40$, ambos ganham ou economizam na troca \$10. O preço poderia oscilar em qualquer ponto da faixa $\$30 < p < \50 que ambos os indivíduos ainda desejariam trocar e apenas os acidentes de mercado determinariam o resultado final do preço. Ele pode ir do preço mínimo na avaliação pessoal de V a um máximo na avaliação de C .

Agora analisemos o caso da competição unilateral entre os compradores, onde há um grupo de, digamos, três indivíduos, $C1$, $C2$ e $C3$, que desejam o

automóvel. *C1* avalia-o em \$50, *C2* em \$45 e *C3* em \$40. Como o vendedor *V* avalia o carro em \$30, qualquer um deles poderia adquiri-lo. Começa entre os compradores uma disputa que faz o preço subir além de \$40, deixando *C3* de fora, e na seqüência o preço poderia ir a mais de \$45, frustrando a intenção de *C2*. *C1* ficaria, portanto, como o único comprador, pagando entre $45 < p < 50$, sendo \$45 o limite inferior capaz de excluir os demais compradores e \$50 o limite superior fornecido pela avaliação pessoal do único comprador restante. Dentro dessa faixa o preço poderia se estabelecer em qualquer nível.

Finalmente chegamos a um caso mais complexo e realista onde existe competição entre compradores e vendedores de um artigo similar. Suponhamos seis compradores e cinco vendedores de automóveis de igual qualidade e ofertados simultaneamente. Como de praxe, todos os competidores buscarão maximizar os seus ganhos pessoais. As possíveis avaliações individuais estão representadas na tabela abaixo:

Comprador	Avalia o automóvel pagando até:	Vendedor	Aceita vender a preços a partir de:
1	50	1	20
2	45	2	22
3	40	3	25
4	35	4	27
5	30	5	35
6	25		

Os primeiros quatro compradores aceitam o preço de qualquer um dos vendedores, mas não estarão dispostos a pagar mais do que o necessário. A transação inicia-se com os compradores oferecendo preços baixos:

Com p igual a \$	Número de compradores	Número de vendedores
21	6	1
22	6	2
24	6	2
25	6	3
26	5	3
27	5	4
31	4	4
32	4	4
34	4	4
35	4	5
40	3	5

Na tabela acima, os preços de \$31 a \$34 representam o intervalo de variação em que há tantos compradores quanto vendedores. Nesse intervalo ocorrem as trocas e a avaliação dos competidores que ficaram de fora não mais interferirá. O preço cairá em algum ponto desta faixa. Se $p > \$34$, isto atrairá mais um vendedor ao mercado, e se $p < \$31$, entrará um quinto comprador, não se estabelecendo a igualdade entre oferta e demanda. O preço de mercado, que não pode ser determinado pela teoria, estará em algum ponto entre a avaliação pessoal do último comprador e a do último vendedor, que determinam, respectivamente, o limite inferior e superior do intervalo de variação dos preços.

A teoria do valor descreve a essência do fenômeno econômico. Ela explica como indivíduos bem informados alcançam um maior nível de bem-estar pelas trocas no mercado. Para tanto, Menger não trabalha com funções de demanda, não se utiliza da matemática ou deriva teoremas de axiomas. Começa a sua análise partindo de mercadorias homogêneas que satisfazem a diferentes necessidades dispostas na hierarquia de níveis e depois estende o modelo para mercadorias heterogêneas. As trocas não representam trocas de equivalentes, já que os indivíduos preferem a satisfação proporcionada pelo bem recebido ao prazer associado ao bem dado em troca. Há, portanto, um ganho de valor para ele. O mesmo se processa para os demais participantes da troca e não se pode comparar a avaliação de prazeres entre eles, o que importa é frisar o ganho de satisfação em cada caso.

No exemplo anterior, vimos que mesmo com a concorrência os preços não ficam bem determinados, mas eles não poderiam permanecer consistentemente fora do intervalo de variação em que oferta e demanda são simultaneamente satisfeitas, pois nesse caso o desequilíbrio levaria a ações que restabeleceriam a igualdade. No caso onde operam um número maior de compradores e vendedores, a faixa de variação de preços poderia se estreitar até que se colapsaria em um único ponto; nesta singularidade estaria o único preço compatível com as estratégias maximizadoras de bem-estar. No entanto, Menger nem mesmo assume a hipótese de equilíbrio e, sendo assim, a sua explicação teórica teria um poder preditivo muito baixo.

Embora os preços praticados no mercado em cada instante não estejam necessariamente no equilíbrio, no modelo teórico em que se supõe conhecimento pleno dos agentes e ausência de erro, os preços flutuam na faixa de variação compatível com as avaliações individuais que, no caso da concorrência plena, se resume a um único ponto. O que determina a faixa em questão são os elementos das escalas individuais de necessidades construídas naturalmente na mente de cada agente participante do mercado. Assim, pode-se dizer que há um fundamento natural para o fenômeno dos preços, apoiado no naturalismo das

necessidades. Com base nesta consideração, também é oportuno denominar a epistemologia mengeriana de “naturalista”.

CONCLUSÃO: A SOLUÇÃO DO PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO FUNDAMENTAL

Já podemos atacar diretamente o problema epistemológico fundamental de Menger. Para tanto precisamos reunir as observações de natureza epistemológicas vistas até aqui que dizem respeito ao “realismo filosófico” e ao princípio da divisão do conhecimento econômico. Pois bem, como dissemos, a teoria pura trata da natureza ontológica essencial do fenômeno. Ela descreve leis exatas que ocorrem sempre que os elementos que compõem a realidade possam ser pensados isoladamente. A teoria pura não diz respeito à realidade histórica concreta, mas também não é um exercício de ficção analítica. Menger segue os preceitos aristotélicos ao aceitar a existência de uma realidade última nos fenômenos. Há portanto a realidade histórica e a realidade essencial do fenômeno. No primeiro plano operam as incertezas e o problema do conhecimento subjetivo de que fala Menger, no plano da teoria investigam-se os fatos que decorrem naturalmente dada a presença de bens, necessidades e conhecimento. As vicissitudes históricas não alteram a forma básica descrita pela morfologia do fenômeno, elas apenas apontam os erros cometidos pelos agentes no devir concreto. Mas Menger acredita que a ciência pura não teoriza sobre os erros humanos mas sobre as formas básicas que prevalecem na hipótese de ausência de erros.⁵² Não se trata de dizer que a teoria é parcialmente verdadeira ou que ela só é observada se certas condições categóricas estiverem presentes. A teoria é sempre verdadeira enquanto uma descrição da essência dos fenômenos, e o mundo das essências é o único referencial pelo qual o teórico deve se orientar. O conhecimento econômico, entretanto, não é só teoria, e Menger mais do que qualquer outro enfatizou, mesmo no *Grundsätze*, o papel da subjetividade das escolhas, que permite o surgimento de erros diante de problemas de informação dos agentes. Portanto, o “problema epistemológico fundamental” em Menger pode ser resolvido se consideramos que:

1. A teoria exata dá conta das conseqüências naturais da escolha sem erro. Mas não se trata de dizer que o modelo teórico não descreve a realidade, já

52 HUTCHISON (1973, p. 22) é muito enfático ao dizer que “*In emphasizing this assumption of correct knowledge, and the exclusion of ignorance and error, Menger was taking the first step towards the opening up of the analysis of expectation correct or fulfilled, or incorrect and disappointed - and their relation to equilibrium and disequilibrium, that is, he was attempting a step towards a kind of dynamic analysis.*”

que os erros humanos existem, e sim de que a teoria representa a sua essência ontológica.

2. Os problemas de informação e erro são tratados pelas ciências históricas que lidam não com fenômenos essenciais mas com os acidentes que ocorrem na realidade histórica.

A consideração desta divisão do conhecimento, que destina à teoria a compreensão essencial do fenômeno, explica como o paladino da informação imperfeita dos agentes pode ser ao mesmo tempo o defensor de uma teoria pura exata. É claro que a solução de Menger para esses problemas pode não nos satisfazer. O que nos interessa, entretanto, é a interpretação da epistemologia naturalista de Menger, que considerava ter desenvolvido argumentos convincentes com vistas à defesa do método abstrato e ao uso adequado da pesquisa histórica.

Para Alter, essa solução epistemológica coloca um sério problema para a teoria do valor de Menger em explicar os preços efetivamente praticados em uma economia. A investigação histórica dá conta da explicação dos preços concretos, identificando os problemas de informação dos agentes e de poder de barganha que dão origem a preços de desequilíbrio de mercado.⁵³ Podemos interpretar a explicação de Menger como a exposição de uma situação ideal que somente prevaleceria nas condições estilizadas da teoria pura. Mas já enfatizamos que, em função de sua epistemologia naturalista, Menger não condidera o seu modelo teórico uma idealização da realidade, mas uma descrição do quadro essencial do fenômeno. As leis exatas operam na morfologia do fenômeno quando há informação, ausência de erro e comportamento economizador. O que a realidade histórica oferece são desvios que não podem ser estudados pela teoria exata.

Alter considera que a base aristotélica de pensamento é a única justificativa que Menger fornece para a sua teoria exata, e afirma que se não estamos dispostos a aceitar os pressupostos filosóficos dessa teoria podemos identificar em Menger um “problema de transformação” (*sic*) de valores em preços que, na opinião dele, é insolúvel.⁵⁴ O preço é um fenômeno de mercado e depende também de

53 ALTER (1990a, p. 322) assevera que as leis do valor têm, para Menger, o *status* de leis científicas, enquanto que ele retém a tradição historicista na sua teoria dos preços.

54 ALTER (1990a, p. 321) identifica um problema de transformação de valores em preços na teoria de Menger: “*Menger’s development of the theory in the Grundsätze can be traced right to the point where the essencialism of his conception of value become self-destructive because it poses a transformation problem from values to prices which remains insurmountable within his own methodological and theoretical framework*”. E continua na p. 332: “*Menger’s essencialism penetrated his analysis to such an extent that ... he ended up with a formidable transformation problem of values into prices which he was unable to resolve because of the epistemological determination of values as essences and prices as appearances on the surface.*”

fatores não econômicos. Os valores pessoais são determinados antes das trocas e é a relação íntima do indivíduo, que contrapõe sua escala de necessidades com a utilidade dos bens, que explica a sua origem. Quando esses indivíduos são trazidos ao mercado eles procuram, a princípio, maximizar seus valores pessoais, mas a adoção desta estratégia também depende de conhecimento.

O problema da transformação identificado por Alter é uma interpretação um tanto exagerada da separação entre valores e preços na análise de Menger, e não pretendemos neste artigo aderir integralmente a essa visão. A crítica feita por Endres (1995) à tese de Alter merece ser considerada. Primeiramente, devemos lembrar que os problemas de indeterminação de preços aparecem também nas “curvas de contrato” de Edgeworth e na teoria neoclássica do monopólio bilateral. A questão que se coloca é até que ponto a teoria econômica tem algo a dizer sobre os processos de formação de preços dentro do intervalo determinado pela teoria exata. O argumento que estamos defendendo é o de que o preço específico que irá prevalecer depende de fatores acidentais que somente podem ser completamente identificados pela investigação empírica e não no âmbito da teoria. Neste ponto nossa interpretação é a mesma de Endres.⁵⁵

O que Endres critica é a idéia de que os preços acidentais sejam interpretados como preços resultantes de processos meramente probabilísticos e, neste sentido, o estudo de formação de preços seria predominantemente um exercício empírico e não teórico. Para Endres, a teoria de Menger no *Grundsätze* teria algo mais a dizer sobre os preços além dos limites econômicos de sua faixa de variação. Menger, assevera Endres, vê os preços sendo formados a partir das ações individuais dentro de um sistema de equilíbrio onde os preços finais seriam apenas potencialidades de um processo interminável.⁵⁶ A explicação dos preços em Menger, como ilustra a sua discussão do monopólio, remete a situações descritas pela teoria dos jogos. Não há, como no modelo de Walras, um único preço de equilíbrio, mas toda uma matriz de resultados onde os preços teoricamente possíveis se distribuem.⁵⁷

55 Vide ENDRES (1995, p. 265, nota de rodapé 265): “Alter used the term “accidental” which is acceptable...” e p. 271: “When the transaction price is not unique..., empirical-theoretical research would then have to establish by observation which noneconomic influences had been influential. That is, “economic influence do not in any way, within this range of freedom fix that point at which price formation must, of necessity take place”. The extent of the range will depend on particular, concrete circumstances of the exchange situation.”

56 Cf. ENDRES (1995, p. 262).

57 ENDRES (*idem*, p. 275): “The essential unity of his theorizing on price formation is to be found in the focus on price distributions rather than in unique market clearing prices as point variables”.

Dentro do intervalo de variação dos preços, determinado pelas avaliações individuais, a teoria tem algo a dizer, não só sobre os pontos possíveis em seu interior mas também sobre a direção em que os preços estão variando dentro dele.⁵⁸ O problema da transformação apontado por Alter não se justifica, pois o intervalo de variação dos preços é explicado pela teoria e ela também tece considerações sobre o que poderia ocorrer dentro do intervalo; mas existem influências não econômicas, problemas de assimetria de informação e características pessoais dos agentes que não são considerados pela análise teórica, tendo assim uma dimensão empírica. É de natureza histórica o processo em que, no mercado, um preço específico é determinado, pois somente na história podemos identificar os fatores pessoais intervenientes na formação do preço. Não são deficiências teóricas ou algum “problema de transformação” na análise de Menger que fazem com que os preços de equilíbrio não possam ser determinados precisamente, mas trata-se de uma característica da própria situação examinada.⁵⁹

No *Grundsätze*, Menger constrói os fundamentos de uma teoria exata da essência do fenômeno, mas ele está preocupado em entender a complexidade da vida econômica que não seria plenamente explicada somente pela teoria.⁶⁰ Isto mostra que a importância que ele atribui aos estudos históricos é muito grande e ele está mais próximo da tradição historicista do que dá a entender o seu envolvimento na Batalha dos Métodos. A não aceitação da base aristotélica de seu pensamento pela Escola Histórica Alemã explica o pouco poder de penetração de suas idéias naquele país. Os seus seguidores na Áustria, entretanto, iriam se valer dos seus conceitos, de sua descrição básica do fenômeno de economização e do modo como os bens estão encadeados no processo de produção para lançarem as bases da teoria da escolha, da teoria do capital, dos juros etc. Mas eles não compreenderam ou seguiram os pressupostos epistemológicos do naturalismo. Pelo contrário, Wieser e Böhm-Bawer, Mises e depois Hayek, mesmo compartilhando de muitos preceitos mengerianos, edificaram cada qual a sua própria epistemologia.

58 Endres refaz a análise mengeriana da competição e conclui que: “*He [Menger] predicts falling prices; however, the speed of downward adjustment is not specified, although his temporal perspective is evidently a long one. Prices will nevertheless remain economic—in equilibrating ranges—as before.*”

59 A mesma opinião é defendida por WHITE (1990). White não critica a solução que adotamos para o problema epistemológico fundamental de Menger, ele procura no artigo em questão, “Restoring an “Altered” Menger” (note o trocadilho entre (Max) Alter e “altered”), defender Menger das críticas de Alter contra o método introspectivo e contra a relação mengeriana entre valor e preços expressa no “problema da transformação”.

60 HAYEK (1968a, p. 459) considera que os economistas austríacos efetuam uma análise completa das condições de avaliação, independente da possibilidade de troca. Diz que é um mal-entendido supor que a utilidade marginal possa fornecer uma explicação direta dos preços e afirma que “*the subjective value that it explains is merely a first step to the second stage, the theory of price.*”

A importância histórica da contribuição de Menger não deve, portanto, ser desprezada. Ao lado de Jevons e Walras, ele foi reconhecido pela história como um dos principais proponentes de uma nova economia, cuja característica principal foi romper com os marcos tradicionais da economia ricardiana ao propor uma nova teoria do valor com base na subjetividade do agente. Menger soma-se a eles ao negar o princípio clássico de que os custos de produção, identificados com o trabalho humano, seriam determinantes para o valor. Na nova visão, o valor dos meios de produção é que são determinados pelo produto final em termos de sua avaliação subjetiva, portanto invertem completamente a antiga conexão causal. Ainda aceitam que no ambiente de competição os preços são iguais aos custos marginais, mas o valor em comum entre eles flui do produto final para os meios de produção e não o contrário, como se pensava até então. Menger reconhece que a condução do valor nessa direção é um fenômeno social, permanecendo oculta aos produtores de bens intermediários, mas o mercado carrega a informação de estágio a estágio processando as expectativas do agente. Embora a história mostre os desvios do que é prognosticado pela teoria exata, no longo prazo é a produção que tem de se conformar com a natureza das necessidades humanas e não o contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTER, Max. Carl Menger and homo oeconomicus: some thoughts on Austrian theory and methodology. *Journal of Economic Issues*, v. 16, n. 1, 1982.
- _____. What do we know about Menger? In: CALDWELL, B. J. (ed.), Carl Menger and his legacy in economics. *History of Political Economy*, Annual supplement to v. 22. Durham and London: Duke University Press, 1990a.
- _____. *Carl Menger and the origins of Austrian economics*. Oxford: Westview Press, 1990b.
- ARISTÓTELES. Organon: tópicos. In: *Aristóteles*, v. I. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. Metafísica. In: *Aristóteles*, v. II. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- BIRNER, Jack. A roundabout solution to a fundamental problem in Menger's methodology and beyond. In: CALDWELL, B. J. (ed.), Carl Menger and his legacy in economics. *History of Political Economy*, Annual supplement to v. 22. Durham and London: Duke University Press, 1990.
- CUBEDDU, Raimondo. *The philosophy of the Austrian school*. London and New York: Routledge, 1993.

- ENDRES, A. M. Carl Menger's theory of price formation reconsidered. *History of Political Economy*, v. 27, n. 2, 1995.
- HAYEK, Friedrich A. The Austrian school. In: SILLS, D. L. (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*, v. IV. New York: Macmillan and Free Press, 1968a.
- _____. Carl Menger. In: SILLS, D. L. (ed.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*, v. IV. New York: Macmillan and Free Press, 1968b.
- _____. The place of Menger Grundsätze in the history of economic thought. In: HICKS, John R. and WEBER, W. (eds.), *Carl Menger and the Austrian economics*. Oxford: Clarendon Press, 1973.
- HENNIS, Wilhelm. A science of man: Max Weber and the political economy of the German historical school. In: MOMMSEN, W. J. and OSTERHAMMEL, J. (eds.), *Max Weber and his contemporaries*. London: Allen & Unwin, 1987.
- _____. The pitiless 'Society of Judgment': Max Weber between Carl Menger and Gustav von Schmoller - the academic politics of value freedom. *History of the Human Sciences*, v. 4, n. 1, 1987.
- HUTCHISON, Terence W. Some themes from investigation into method. In: HICKS, John R. and WEBER, W. (eds.), *Carl Menger and the Austrian economics*. Oxford: Clarendon Press, 1973.
- KAUDER, Emil. Intellectual and political roots of the older Austrian school. *Zeitschrift für Nationalökonomie*, 17, 1957.
- MENGER, Carl [1871]. Grundsätze der Volkswirtschaftslehre. Trad. port.: *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. [1883]. Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften, und der politischen Oekonomie insbesondere. Engl. Trans.: *Problems of economics and sociology*. Urbana: University of Illinois Press, 1963.
- _____. [1889]. Grundzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften. Engl. trans.: Toward a systematic classification of the economic sciences. In: SOMMER, L. (ed.), *Essays in European economic thought*. Princeton: Van Nostrand, 1960.
- SCHNEIDER, Erich. *Teoria econômica: capítulos selecionados da história da teoria econômica*. Fundo de Cultura, 1968.
- SMART, W. [1891]. *An Introduction to the theory of value on the lines of Menger, Wieser, and Böhm-Bawerk*. Reprint New York: Kelley, 1966.
- STIGLER, George, J. The economics of Carl Menger. *The Journal of Political Economy* v. 45, n. 2, 1937.
- WHITE, Lawrence H. Methodology of the Austrian school. Center for Libertarian Studies, *Occasional Paper Series*, 1, March 1977. Rev. edn published as *The methodology of the Austrian school economists*. Auburn, Alabama: The Ludwig von Mises Institute of Auburn University, 1984.

_____. Restoring an ‘altered’ Menger. *In*: Carl Menger and his legacy in economics. *History of Political Economy*, Annual supplement to volume 22.

WICKSELL, Knut. Carl Menger. *In*: LINDAHL, E. (ed.), *Selected papers on economic theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1921.

(Recebido em maio de 1999. Aceito para publicação em novembro de 1999)